****

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**

**CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UFRPE**

**UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA**

**NOTA TÉCNICA Nº 03/2016/AUDIN/CONSU/UFRPE**

Recife - PE, 04 de março de 2016.

**ASSUNTO:** Monitoramento de recomendações da AUDIN produzidas anteriormente acerca das obras na UFRPE.

Senhores(as) gestores(as),

**1 - INTRODUÇÃO**

 A presente Nota Técnica apresenta um sumário das constatações evidenciadas por esta AUDIN, relativas aos trabalhos de auditoria realizados nas obras da UFRPE, nos exercícios de 2011, 2012, 2013 e 2014.

Nesta Nota foi realizada, também, a avaliação dos riscos das impropriedades constatadas nas atividades acima mencionadas, haja vista que anteriormente tal avaliação não era procedida por esta AUDIN.

Para realizar a referida avaliação de riscos utilizamos a combinação da probabilidade de ocorrência e impacto (do risco), de acordo com o critério matricial com a classificação de "alto", "médio" e "baixo", sob a avaliação dos profissionais que realizaram/revisaram esta atividade, observando aspectos quantitativos e qualitativos da possibilidade do evento (risco) acontecer, conforme demonstrado na tabela abaixo.

**CLASSIFICAÇÃO DO RISCO IDENTIFICADO**



 Fonte: elaborado pela AUDIN.

Dessa forma, objetivamos aumentar a probabilidade e o impacto dos eventos positivos e diminuir a probabilidade e o impacto dos eventos negativos.

A partir dos exames efetuados em novo trabalho realizado durante o exercício de 2015, os quais culminaram no Relatório nº 02/2016, esta Unidade de Auditoria Interna verificou a situação das recomendações supramencionadas. Desse modo, apresentamos a seguir a análise dessas constatações e o posicionamento de cada uma delas.

**2 - OCORRÊNCIAS**

**2.22 Liquidação e pagamento de despesas sem comprovação da composição dos valores referentes a serviços e obras de engenharia.**

**RECOMENDAÇÃO**

**RA N.º 06/2011 - N.º Constatação: 19 - N.º Recomendação: 3**

Realizar análise nos boletins da 2.ª, 3.ª, 4.ª e 5.ª medições, as quais são referentes às Notas Fiscais 353, 354, 355, 356 e 357, para verificação e confirmação dos valores referentes a serviços de engenharia e obras pagos através dessas Notas Fiscais, a fim de proceder às correções das retenções e recolhimentos de INSS.

**Manifestação do gestor:**

*"Em 25/06/2015 a Gerência de Contabilidade e Finanças encaminhou através do Processo 23082.011377/2015-11 resposta a manifestação acima, onde foi ressaltada a necessidade da apresentação das notas fiscais com os respectivos CNAEs.*

*Porém, após essa data, ocorreu uma reunião nesta Gerência com a presença do Gerente de Contabilidade e Finanças, o Auditor Interno dessa Instituição e um representante do Departamento de Finanças responsável pela contabilização de notas fiscais relativas a obras e serviços de engenharia, onde ficou decidido que só seria exigida a apresentação do CNAE nos casos em que a empresa solicitasse a não retenção do INSS, com base na IN 971/2009."*

**Análise da Unidade de Auditoria Interna:**

A presente constatação e recomendação refere-se ao caso citado pela GCF, em relação à referida reunião, de modo que não foi realizada a retenção do INSS sem a devida verificação da identificação das obras e/ou dos serviços de engenharia através do CNAE.

Assim sendo, fica mantida esta recomendação para fins de verificação da possibilidade de ausência de recolhimento de INSS quando das Notas Fiscais mencionadas na Constatação.

**Posição da Unidade de Auditoria Interna:** Não implementada.

**Prazo para Atendimento da Recomendação:** Imediato.

**Posição em:** 22/01/2016.

**Nível de Risco pela não implementação da recomendação:** Impacto = Médio X Probabilidade = Alta => Risco = Alto

**2.44 Liquidação e pagamento de despesas sem comprovação da composição dos valores referentes a serviços e obras de engenharia.**

**RECOMENDAÇÃO**

**RA N.º 06/2011 - N.º Constatação: 19 - N.º Recomendação: 2**

Abster-se de liquidar e pagar despesas referentes a serviços de engenharia e obras de engenharia sem a devida classificação das atividades medidas de acordo com a CNAE, a qual deve ser previamente analisada e atestada pelo Engenheiro Fiscal.

**Manifestação do gestor:**

*"Em 25/06/2015 a Gerência de Contabilidade e Finanças encaminhou através do Processo 23082.011377/2015-11 resposta a manifestação acima, onde foi ressaltada a necessidade da apresentação das notas fiscais com os respectivos CNAEs.*

*Porém, após essa data, ocorreu uma reunião nesta Gerência com a presença do Gerente de Contabilidade e Finanças, o Auditor Interno dessa Instituição e um representante do Departamento de Finanças responsável pela contabilização de notas fiscais relativas a obras e serviços de engenharia, onde ficou decidido que só seria exigida a apresentação do CNAE nos casos em que a empresa solicitasse a não retenção do INSS, com base na IN 971/2009."*

**Análise da Unidade de Auditoria Interna:**

Verificou-se nesta atividade de Auditoria que os processos de pagamento de medições referentes a serviços e obras de engenharia observam o entendimento supracitado pelo gestor, no sentido de verificar a classificação dos serviços, ou das obras, de engenharia quando a empresa contratada solicita a não retenção do INSS, com base na IN 971/2009.

**Posição da Unidade de Auditoria Interna:** Atendida.

**Prazo para Atendimento da Recomendação:** Não se aplica.

**Posição em:** 22/01/2016.

**Nível de Risco pela não implementação da recomendação:** Não se aplica.

**2.45 Incorreção em valor orçado para o item 12.08.01, constante da composição I0118 (Registro de gaveta)**

**RECOMENDAÇÃO**

**RA N.º 06/2011 - N.º Constatação: 22 - N.º Recomendação: 3**

Abstenha-se a UFRPE de efetuar o pagamento do referido item antes da correção do valor orçado, conforme Recomendação 1.

**Manifestação do gestor:**

*"A Gerência de Contabilidade e Finanças efetua a liquidação e pagamento das notas fiscais após o devido atesto pelo engenheiro responsável pelo Contrato. Cabendo ao mesmo, entre outras atribuições, a verificação de valores orçados conforme contrato. Para suspendermos pagamentos de notas fiscais já atestadas, se faz necessária determinação por parte do fiscal em tela. No caso específico o contrato já se encontra encerrado."*

**Análise da Unidade de Auditoria Interna:**

A GCF não manteve procedimento de controle a respeito desta recomendação da AUDIN. Apesar da baixa materialidade da constatação, entretanto considerando o encerramento do contrato, fica mantida a recomendação até que seja verificado se houve superfaturamento no pagamento desse item, bem como identificado o valor pago a maior e a devida restituição ao erário.

**Posição da Unidade de Auditoria Interna:** Não implementada.

**Prazo para Atendimento da Recomendação:** Imediato.

**Posição em:** 22/01/2016.

**Nível de Risco pela não implementação da recomendação:** Impacto = Alto X Probabilidade = Alta => Risco = Alto

**2.46 Admissibilidade indevida de correção em Nota Fiscal.**

**RECOMENDAÇÃO**

**RA N.º 06/2011 - N.º Constatação: 23 - N.º Recomendação: 1**

Proceder à análise da diferença entre os valores retido e recolhido e o devido, e efetuar o recolhimento da diferença, de acordo com a competência correta, observando os acréscimos moratórios.

**Manifestação do gestor:**

*Considerando-se o decurso de prazo deste fato, considerando-se também até a presente data não ter havido nenhuma cobrança pela Prefeitura referente a este recolhimento, esta Gerência de Contabilidade e Finanças não vislumbra pendência em relação a este recolhimento junto à Prefeitura. Contudo, implementará uma rotina de controle de juros e multas sobre recolhimentos tributários conforme portaria a ser instituída pela PROAD (modelo anexo), a fim de evitar situações semelhantes.*

*A rotina a ser implementada foi encaminhada para a Pró-Reitoria de Administração, porém continua em análise (e-mail em anexo).*

**Análise da Unidade de Auditoria Interna:**

De fato verifica-se o transcurso do prazo prescricional em relação à correção dos valores tributários recolhidos por esta GCF, no entanto sem ação corretiva no sentido de efetuar a análise recomendada e o recolhimento devido dos tributos indicados nesta recomendação.

Quanto ao procedimento de controle estabelecido pela GCF, este será verificado na próxima ação de controle pela AUDIN em relação ao atendimento desta Recomendação. Fica, portanto, mantida a recomendação.

**Posição da Unidade de Auditoria Interna:** Não implementada.

**Prazo para Atendimento da Recomendação:** Imediato.

**Posição em:** 22/01/2016.

**Nível de Risco pela não implementação da recomendação:** Impacto = Médio X Probabilidade = Alta => Risco = Alto

**2.47 Recolhimento incorreto de Imposto Sobre Serviços**

**RECOMENDAÇÃO**

**RA N.º 06/2011 - N.º Constatação: 24 - N.º Recomendação: 1**

Proceder análise dos valores pagos referentes ao ISS das Notas Fiscais n.º 246 e 247, e recolher os valores corretos observando as devidas competências e acréscimos moratórios.

**Manifestação do gestor:**

*Considerando-se o decurso de prazo deste fato, considerando-se também até a presente data não ter havido nenhuma cobrança pela Prefeitura referente a este recolhimento, esta Gerência de Contabilidade e Finanças não vislumbra pendência em relação a este recolhimento junto à Prefeitura. Contudo, implementará uma rotina de controle de juros e multas sobre recolhimentos tributários conforme portaria a ser instituída pela PROAD (modelo anexo), a fim de evitar situações semelhantes.*

*A rotina a ser implementada foi encaminhada para a Pró-Reitoria de Administração, porém continua em análise (e-mail em anexo).*

**Análise da Unidade de Auditoria Interna:**

De fato verifica-se o transcurso do prazo prescricional em relação à correção dos valores tributários recolhidos por esta GCF, no entanto sem ação corretiva no sentido de efetuar a análise recomendada e o recolhimento devido dos tributos indicados nesta recomendação.

Quanto ao procedimento de controle estabelecido pela GCF, este será verificado na próxima ação de controle pela AUDIN em relação ao atendimento desta Recomendação. Fica, portanto, mantida a recomendação.

**Posição da Unidade de Auditoria Interna:** Não implementada.

**Prazo para Atendimento da Recomendação:** Imediato.

**Posição em:** 22/01/2016.

**Nível de Risco pela não implementação da recomendação:** Impacto = Alto X Probabilidade = Alta => Risco = Alto

**2.48 Itens orçados excessivamente (1.ª Etapa do Depto. de Biologia).**

**RECOMENDAÇÃO**

**RA N.º 06/2011 - N.º Constatação: 28 - N.º Recomendação: 2**

Abstenha-se a UFPRE de pagar os serviços/obras referentes aos itens apresentados na análise desta Constatação, conforme os valores orçados, e apenas o faça após revisão e correção através de Termo Aditivo dos quantitativos orçados.

**Manifestação do gestor:**

*A Gerência de Contabilidade e Finanças efetua a liquidação e pagamento das notas fiscais após o devido atesto pelo engenheiro responsável pelo Contrato. Cabendo ao mesmo, entre outras atribuições, a verificação de valores orçados conforme contrato. Para suspendermos pagamentos de notas fiscais já atestadas, se faz necessária determinação por parte do fiscal em tela. No caso específico o contrato já se encontra encerrado.*

**Análise da Unidade de Auditoria Interna:**

A responsabilidade da medição compete ao fiscal, a quem oportunamente também foi expedida recomendação no sentido de proceder às correções necessárias. Para a GCF foi recomendado adotar ação de controle a fim de verificar a mencionada correção, por parte do fiscal, para em seguida realizar o pagamento referente à medição corrigida.

Verifica-se, entretanto, que a GCF não tem adotado as ações de controle recomendadas por esta AUDIN, informando posteriormente a impossibilidade de atendimento da recomendação face à prescrição de um direito ou ao encerramento de um contrato, como neste caso, por exemplo.

A recomendação fica mantida para posterior monitoramento por esta AUDIN, até que esta Gerência demonstre ter adotado medida de controle a fim de evitar que a UFRPE incorra novamente no fato que é objeto desta constação, bem como que demonstre ter verificado se o item pago antecipadamente foi devidamente executado. Vale ressaltar que também são expedidas recomendações aos fiscais das obras acera de suas competências. Fica, portanto, mantida a recomendação pelos motivos acima expostos.

**Posição da Unidade de Auditoria Interna:** Não implementada.

**Prazo para Atendimento da Recomendação:** Imediato.

**Posição em:** 22/01/2016.

**Nível de Risco pela não implementação da recomendação:** Impacto = Médio X Probabilidade = Alta => Risco = Alto

**2.49 Pagamento indevido de multas de INSS.**

**RECOMENDAÇÃO**

**RA N.º 03/2013 - N.º Constatação: 2 - N.º Recomendação: 1**

Que a GCF evite realizar pagamentos em cujos encargos haja a incidência de multas por mora imputando o ônus da penalidade pela inobservância do prazo de recolhimento a quem lhe der causa.

**Manifestação do gestor:**

*A GCF implementará a rotina de controle de juros e multas sobre recolhimentos tributários conforme portaria a ser instituída pela PROAD (modelo anexo).*

*A rotina a ser implementada foi encaminhada para a Pró-Reitoria de Administração, porém continua em análise (e-mail em anexo).*

**Análise da Unidade de Auditoria Interna:**

A GCF está em processo de aprovação, junto à Pró-Reitoria de Administração, de procedimentos de controle a fim de atender à recomendação.

Assim, a recomendação fica mantida até que a AUDIN verifique, nas próximas ações de controle, a implantação (com efetividade) dos procedimentos propostos por esta Gerência.

**Posição da Unidade de Auditoria Interna:** Não implementada.

**Prazo para Atendimento da Recomendação:** Imediato

**Posição da Unidade de Auditoria Interna:** Não implementada.

**Prazo para Atendimento da Recomendação:** Imediato.

**Posição em:** 22/01/2016.

**Nível de Risco pela não implementação da recomendação:** Impacto = Médio X Probabilidade = Alta => Risco = Alto

**2.50 Inobservância da regularidade fiscal estadual, e municipal na execução contratual de obra/serviço de engenharia.**

**RECOMENDAÇÃO**

**RA N.º 03/2013 - N.º Constatação: 5 - N.º Recomendação: 1**

Que a GCF sempre verifique a regularidade fiscal federal, estadual e municipal das empresas antes de realizar empenhos em observância ao Inciso III, do Art. 29, da Lei n.º 8.666/93.

**Manifestação do gestor:**

*Em 25/06/2015 a Gerência de Contabilidade e Finanças encaminhou através do Processo 23082.011377/2015-11 resposta a manifestação acima, onde foi ressaltada a necessidade da apresentação das notas fiscais com os respectivos CNAEs.*

*Porém, após essa data, ocorreu uma reunião nesta Gerência com a presença do Gerente de Contabilidade e Finanças, o Auditor Interno dessa Instituição e um representante do Departamento de Finanças responsável pela contabilização de notas fiscais relativas a obras e serviços de engenharia, onde ficou decidido que só seria exigida a apresentação do CNAE nos casos em que a empresa solicitasse a não retenção do INSS, com base na IN 971/2009.*

**Análise da Unidade de Auditoria Interna:**

A Advocacia Geral da União - AGU através do Parecer n.º 03/2014/CPLC/DEPCON5U/PGF/AGU, em 2014, proferiu entendimento diferente da interpretação literal referente ao inciso III, Art. 29, da Lei n.º 8.666/90, como a AUDIN havia interpretado e recomendado em 2013.

Verifica-se, assim, que a recomendação perdeu objeto, entretanto vale ressaltar que a GCF não adotou medidas de controle a fim de atender a esta recomendação anteriormente à emissão do referido Parecer da AGU.

A recomendação será cancelada, portanto, por perda do objeto.

**Posição da Unidade de Auditoria Interna:** Cancelada.

**Prazo para Atendimento da Recomendação:** Não se aplica.

**Posição em:** 22/01/2016.

**Nível de Risco pela não implementação da recomendação:** Não se aplica.

**2.51 Ausência de registros de verificação de classificação da natureza econômica de obras e serviços de engenharia, para fins tributários, em processos de pagamentos.**

**RECOMENDAÇÃO**

**RA N.º 03/2013 - N.º Constatação: 9 - N.º Recomendação: 1**

Que a GCF abstenha-se de liquidar e pagar despesas referentes a serviços de engenharia e obras de engenharia sem a devida análise da classificação das atividades econômicas medidas, pelo Engenheiro (fiscal da obra), de acordo com a CNAE, e com a IN 971/2009 (e suas alterações).

**Manifestação do gestor:**

*"Em 25/06/2015 a Gerência de Contabilidade e Finanças encaminhou através do Processo 23082.011377/2015-11 resposta a manifestação acima, onde foi ressaltada a necessidade da apresentação das notas fiscais com os respectivos CNAEs.*

*Porém, após essa data, ocorreu uma reunião nesta Gerência com a presença do Gerente de Contabilidade e Finanças, o Auditor Interno dessa Instituição e um representante do Departamento de Finanças responsável pela contabilização de notas fiscais relativas a obras e serviços de engenharia, onde ficou decidido que só seria exigida a apresentação do CNAE nos casos em que a empresa solicitasse a não retenção do INSS, com base na IN 971/2009."*

**Análise da Unidade de Auditoria Interna:**

A Advocacia Geral da União - AGU através do Parecer n.º 03/2014/CPLC/DEPCON5U/PGF/AGU, em 2014, proferiu entendimento diferente da interpretação literal referente ao inciso III, Art. 29, da Lei n.º 8.666/90, como a AUDIN havia interpretado e recomendado em 2013.

Verifica-se, assim, que a recomendação perdeu objeto, entretanto vale ressaltar que a GCF não adotou medidas de controle a fim de atender a esta recomendação anteriormente à emissão do referido Parecer da AGU.

A recomendação será cancelada, portanto, por perda do objeto.

**Posição da Unidade de Auditoria Interna:** Cancelada.

**Prazo para Atendimento da Recomendação:** Não se aplica.

**Posição em:** 22/01/2016.

**Nível de Risco pela não implementação da recomendação:** Não se aplica.

**3- CONCLUSÃO**

Diante das informações apresentadas, encaminhamos a presente Nota Técnica à alta Administração e ao Conselho Universitário para conhecimento e adoção de medidas cabíveis, quanto a implementação da(s) recomendação(ções) considerada(s) de risco alto a seguir:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Constatação** | **Recomendação** | **Risco pela não implementação da Recomendação.** |
| Liquidação e pagamento de despesas sem comprovação da composição dos valores referentes a serviços e obras de engenharia. | Realizar análise nos boletins da 2.ª, 3.ª, 4.ª e 5.ª medições, as quais são referentes às Notas Fiscais 353, 354, 355, 356 e 357, para verificação e confirmação dos valores referentes a serviços de engenharia e obras pagos através dessas Notas Fiscais, a fim de proceder às correções das retenções e recolhimentos de INSS. | Alto |
| Liquidação e pagamento de despesas sem comprovação da composição dos valores referentes a serviços e obras de engenharia. | Abster-se de liquidar e pagar despesas referentes a serviços de engenharia e obras de engenharia sem a devida classificação das atividades medidas de acordo com a CNAE, a qual deve ser previamente analisada e atestada pelo Engenheiro Fiscal. | Atendida.Não se aplica. |
| Incorreção em valor orçado para o item 12.08.01, constante da composição I0118 (Registro de gaveta) | Abstenha-se a UFRPE de efetuar o pagamento do referido item antes da correção do valor orçado, conforme Recomendação 1. | Alto |
| Admissibilidade indevida de correção em Nota Fiscal. | Proceder à análise da diferença entre os valores retido e recolhido e o devido, e efetuar o recolhimento da diferença, de acordo com a competência correta, observando os acréscimos moratórios. | Alto |
| Recolhimento incorreto de Imposto Sobre Serviços. | Proceder análise dos valores pagos referentes ao ISS das Notas Fiscais n.º 246 e 247, e recolher os valores corretos observando as devidas competências e acréscimos moratórios. | Alto |
| Itens orçados excessivamente (1.ª Etapa do Depto. de Biologia). | Abstenha-se a UFPRE de pagar os serviços/obras referentes aos itens apresentados na análise desta Constatação, conforme os valores orçados, e apenas o faça após revisão e correção através de Termo Aditivo dos quantitativos orçados. | Alto |
| Pagamento indevido de multas de INSS. | Que a GCF evite realizar pagamentos em cujos encargos haja a incidência de multas por mora imputando o ônus da penalidade pela inobservância do prazo de recolhimento a quem lhe der causa. | Alto |
| Inobservância da regularidade fiscal estadual, e municipal na execução contratual de obra/serviço de engenharia. | Que a GCF sempre verifique a regularidade fiscal federal, estadual e municipal das empresas antes de realizar empenhos em observância ao Inciso III, do Art. 29, da Lei n.º 8.666/93. | Cancelada.Não se aplica. |
| Ausência de registros de verificação de classificação da natureza econômica de obras e serviços de engenharia, para fins tributários, em processos de pagamentos. | Que a GCF abstenha-se de liquidar e pagar despesas referentes a serviços de engenharia e obras de engenharia sem a devida análise da classificação das atividades econômicas medidas, pelo Engenheiro (fiscal da obra), de acordo com a CNAE, e com a IN 971/2009 (e suas alterações). | Cancelada.Não se aplica. |

Recife, 04 de Março de 2016.

**Elaborado por:**

**Clayton de Mendonça Julião**

Auditor – SIAPE 1762290

De acordo e revisado. Encaminhe-se na forma proposta.

Recife, \_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

**Antônio Cândido de Souza Júnior**

Auditor-Titular da Unidade de Auditoria Interna da UFRPE

Auditor – SIAPE 1657579